

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2003
(Do Sr Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita informações ao Sr Ministro das Relações Exteriores sobre a posição do Governo, como participante, nas negociações de formação da ALCA.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º , da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações a seguir listadas, sem prejuízo de outras julgadas pertinentes, ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim.

1. Qual a posição do governo brasileiro com relação à Área de Livre Comércio das Américas – Alca?
2. Quais os pontos de relação comercial considerados fundamentais à participação do Brasil junto à Alca?
3. Qual a participação dos Ministérios envolvidos, como, por exemplo, o da Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nas negociações?
4. O Ministro das Relações Exteriores tem autonomia para negociar com a Alca, ou terá uma função representativa do governo?
5. Como está definida a política de negociações? Quais as alterações feitas com relação ao direcionamento dado pelo governo anterior, sob o comando do Itamaraty?
6. O açúcar e o álcool estão incluídos nas negociações?
7. Foi divulgado que o Itamaraty considerou o açúcar e o álcool como “produtos sensíveis”. O que significa ser ou estar na categoria “sensível” e quais as vantagens e desvantagens comerciais?

8. Existem outros produtos enquadrados nessa categoria? Quais?

9. Quais os produtos que o Brasil deseja tenham as fronteiras abertas para a importação?

10. O Ministério de Relações Exteriores e o governo definiram alguma política com relação ao biodiesel?

11. Existe uma lista final de produtos a serem incluídos na livre negociação?

12. Considerando a fragilidade brasileira na questão da sobretaxa argentina ao nosso açúcar, com o Brasil pretende argumentar contra a sobretaxa e as barreiras impostas por outro países?

13. Como o Ministério de Relações Exteriores entende a frase, contida nos Fundamentos da Política Econômica do Governo Lula (Coleção CIEE-64, autor Guido Mantega) de que “Neste momento e nas condições propostas, não há conveniência para o Brasil ingressar na Alca”? Quais as condições que foram exigidas para que o Brasil participe?

14. Quais as diretrizes do Ministério de Relações Exteriores para estimular e fortalecer o comércio exterior?

JUSTIFICAÇÃO

Tanto nós, membros do Congresso, como a população, temos dúvidas quanto ao posicionamento do governo com relação à ALCA, até porquê consideramos bastante frágil a sua posição com relação ao boicote ao açúcar brasileiro, praticado pela Argentina sob a forma de sobretaxa à importação do produto, um ato injustificável se considerarmos que somos os maiores importadores de trigo do vizinho país, graças aos privilégios especiais (taxa de importação zero) que lhe concedemos.

Nos fundamentos da política econômica do governo, conforme divulgação feita em larga escala, está externado que “o Brasil tem de ser mais duro, brigar pelos seus interesses, como fazem os outros países”. Na prática, porém, tomando com o exemplo o caso com a Argentina, estamos vivenciando justamente o contrário, com o governo brasileiro se amoldando às circunstâncias e nossos produtores assumindo os prejuízos. Ora, se o governo não “endurece” nem com a vizinha Argentina, que tem no Brasil o seu principal eixo de exportação, como serão desenvolvidas as negociações com a Alca? O exemplo da Argentina, repetimos, é preocupante, pois mostra que o discurso governamental na prática distancia-se bastante de seus atos e ações.

Não há dúvida de que a balança comercial brasileira tem apresentado resultados bastante satisfatórios, mais em função da desvalorização do real face ao dólar do que por ações governamentais que induzam a um aprimoramento, comercial e fiscal, destinado a dar maior competitividade aos nossos produtos. Este fato tem provocado uma situação controversa: o governo fatura mais, fortalece a captação de recursos internos, porém a população não registra melhorias, nos preços que paga, na sua renda e na geração de empregos.

A importância da Alca é inquestionável para o nosso comércio externo. Ao contrário da linha programática dos homens do governo durante as eleições presidenciais, quando se manifestavam contra a Alca, sentimos agora um redirecionamento da questão. A pergunta que se faz, então, é se o governo deseja aderir à Alca, ou não? Como em outros casos que presenciamos, a posição dúbia se faz presente, não dando margem a que o parlamento possa auxiliar para resolver as pendências existentes, que vão desde as barreiras comerciais até a questão de geração de empregos para nossa população.

A proposta do governo é a de elevar o PIB para 6,5% de crescimento anual. Como a Alca se amolda nesta pretensão ninguém sabe, da mesma forma como não sabemos como o governo pretende aliar os interesses do Mercosul e da Alca. O citado exemplo argentino causa-nos preocupação, pois demonstra grande fragilidade comercial e de relacionamento exterior.

Estas e outras dúvidas fazem com que a presença do Sua Excelência o Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, seja indispensável para esclarecer pontos importantes e vitais à condução das negociações internacionais sobre a Alca e nosso comércio exterior.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 2003.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame